Esquerda Socialista

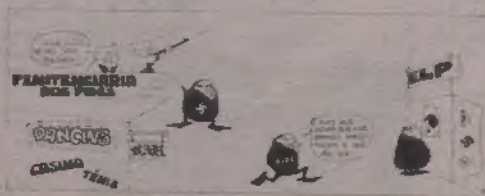
Director: Augusto Mateus | Órgão do Movimento de Esquerda Socialista | Ano I N.º 36 / 2 de Julho de 1975 Preço 3$00

agora mais do que nunca a tarefa revolucionária é:

LUTAR CRIAR PODER POPULAR!

Rádio Renascença:

O poder cede à chantagem reaccionária

Semana Politica:

os pides fogem; as tarifas aumentam

Controlar a produção!

Afirmar o poder dos trabalhadores!

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE
Do plenário de Mocuba...

De 16 a 21 de Fevereiro de 1975, realizou-se em Mocuba, província da Zambézia, a Primeira Reunião Nacional dos Comités Distritais que contou com a presença do camarada Joaquim Alberto Chissano, membro do Comité Central e Comité Executivo da Frelimo, e primeiro-ministro do Governo de Transição, do camarada Armando Emílio Guebuza, Comissário Político Nacional e membro dos Comités Central e Executivo da Frelimo e de 401 delegados, representantes dos 110 distritos do país.

Na sessão de abertura, o camarada Joaquim Chissano usou da palavra para definir os objectivos da reunião, tendo salientado a reorganização das estruturas, a implantação do Poder Popular Democrático dentro da disciplina da Frelimo, frisando ainda que a Democracia centralizada é a arma para combater a anarquia e o liberalismo, pois que a democracia no caso da Frelimo é método para levar as populações a engajarem-se e a participarem na realização dos objectivos nacionais.

(...) Do trabalho da reunião resultaram as seguintes recomendações:

a) Quanto à solidariedade internacional — apoiar todos os povos que lutam contra a opressão e o imperialismo internacional, nomeadamente os povos do Zimbabwe, da Namíbia e da África do Sul;

b) Quanto à organização política das massas — os Grupos Dinamizadores com vista a salvaguardar a linha política da Frelimo e obter eficiência no funcionamento desses grupos deverão integrar-se conscientemente na disciplina revolucionária do Partido, deste modo, melhor interpretarão a consciencialização progressiva das massas para a tomada do poder popular e poder económico para uma independência completa;

c) Quanto à vigilância revolucionária — apurá-la e aguçá-la contra todas as manobras de sabotagem política e económica dos reaccionários, dando assim cumprimento à palavra de ordem e como complemento das medidas legislativas do Governo de Transição;

d) Quanto à emancipação da mulher — engajar e encorajar toda a mulher moçambicana na luta contra todas as formas de opressão e exploração, pois ela é a força motriz que dinamiza todo o processo da sua emancipação, na revolução;

e) Quanto à cultura moçambicana — criar comissões para a recolha e estudo de todas as manifestações culturais do país, baseando-se na vida do nosso povo, antes do colonialismo, durante o colonialismo, na luta clandestina, durante a luta armada da libertação nacional, a derrota do colonialismo e as experiências adquiridas até ao momento presente.

Incrementar o intercâmbio cultural a nível nacional e internacional.

IMPLANTAÇÃO DO PODER POPULAR

A grande maioria da classe trabalhadora, logo que toma consciência da situação de explorada, une-se, luta e conquista o poder das mãos dos exploradores, reorganiza a sociedade para servir os seus próprios destinos. Surge então um poder novo, diferente, o poder da maioria trabalhadora, da massa explorada, no qual o povo é quem toma e executa as suas próprias decisões para o seu próprio benefício. É o poder popular.

Para a implantação do poder popular em Moçambique, teremos de partir da base para o topo, através de estruturas do partido que são os grupos dinamizadores.

Devemos consolidar as estruturas da Frelimo, canais da voz do povo e definirem-se tarefas onde as populações participem activamente. Isto implica a destruição paralela das estruturas ultrapassadas.

Estes grupos dinamizadores para criar as condições necessárias para a implantação do poder popular, deverão desenvolver um trabalho de mobilização e organização e enquadramento das massas.

1.1 Devem despertar e dinamizar a consciência política das massas exploradas.

1.2 Organizá-las de molde a fazer chegar a sua voz às estruturas executivas máximas, libertando a sua iniciativa criadora.

1.3 Levá-las a tomar a consciência do momento político histórico que atravessamos através de combates no campo económico, social e cultural. Organizar e incentivar o povo para o trabalho colectivo.

a) Lutar pela conquista do poder económico, levando as massas a participarem em programas que visem o estabelecimento de uma economia popular e livre de exploração.

b) Fazer com que as populações se engajem na criação dos meios para a satisfação das suas necessidades, valorizando o seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento da Nação. Incutir as massas que devem ser elas próprias que resolverão os seus problemas e dirigirão os seus destinos. Que o povo deve ter a sua personalidade, desenvolvê-la no sentido revolucionário, conservando assim a sua cultura, espezinhada.

CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

É o processo de levar as massas a exercer o poder, fomentando a sua iniciativa através de uma participação responsável, colectiva e organizada, prevalecendo sempre a vontade da maioria.

As estruturas serão os instrumentos utilizados permitindo que as tarefas definidas pelo povo, sejam cumpridas correctamente e permitindo a associação em escalões progressivos, dos representantes do povo, até ao órgão máximo, que deve ser constituído por militantes de toda a confiança do povo. Esta confiança, este assumir da linha do partido, dará autoridade política às decisões tomadas. Terá de haver uma disciplina dos escalões inferiores na aceitação dessas decisões.

E é uma democracia porque fundada na discussão objectiva, na resolução colectiva e exprime os seus pontos de vista, dentro de uma disciplina revolucionária, sobre como melhor servir o povo. Todos e cada um são responsáveis pela vida da organização, pelo desenvolvimento e consolidação da luta e da revolução.

O nosso estatuto a definir os métodos e trabalhos da Frelimo (...) expressamente, estabelece uma série de pontos que podem ser resumidos nas formas seguintes: «livre discussão, submissão da minoria à maioria, responsabilidade colectiva, crítica e autocrítica do trabalho e comportamento».

O centralismo democrático no seio do Partido visa defender a linha política da Frelimo, evitando assim que os elementos reaccionários possam assumir a direcção em prejuízo da vontade popular.

Por isso a escolha dos dirigentes do partido deve recair naqueles que de uma maneira dedicada e intransigente defendem a classe explorada e com ela se comprometem para a realização dos seus programas. Por outro lado estes dirigentes não devem descurar que, é do povo que vêm as ideias correctas e que não se pode dirigir sem participar com as massas na tomada de decisões e elaboração de estratégia a seguir.

DEMOCRACIA NO SEIO DOS COMITÉS

A democracia é um factor fundamental no estabelecimento do poder popular. Nos grupos dinamizadores não se deve confundir democracia com anarquia, isto é, uma tendência que se manifesta frequentemente no seio da burguesia a qual interpreta sempre a democracia em termos antipopulares, para responder aos seus interesses.

As decisões tomadas nos grupos dinamizadores devem ser democráticas, assim elas corresponderão aos interesses reais das largas massas.

As largas massas devem participar na elaboração de decisão, senti-la como delas e não imposta de cima para baixo.

Para haver democracia no seio dos Comités, deverá haver a livre discussão dos problemas. Que os elementos se conheçam não aparentemente mas em profundidade, pelo que é necessário haver sessões de crítica e autocrítica para reforçar a confiança e a união no seu seio.

A análise e a execução das tarefas deve ser sempre um trabalho colectivo. (...)

ao 25 de Junho

25 de Junho de 1975 — um povo que os colonizadores sempre viram como um povo de criados e moleques, e que tudo fizeram para que tudo fosse efectivamente assim, toma conta do Poder, assumindo a sua condição verdadeira de povo de operários e camponeses. O que está escrito na Constituição não é retórica O Poder pertence a este povo, o Poder é dos operários e camponeses.

As celebrações da independência mostraram-no bem; não foram meras formalidades protocolares e palacianas, como não foram também festas folclóricas alienantes para entreter as massas. Foram antes a expressão de um povo em luta, que conquistou o seu direito à vida, à custa de sacrifícios incontáveis, e que através dessa luta se foi organizando, e revelando a si próprio, e construindo uma nação.

Sem qualquer espírito de desforra ou qualquer sintoma de vingança, uma nota constante em todos os actos das festas da independência: esta não resultou de qualquer outorga, de qualquer dádiva, de qualquer benesse de explorador e dominador: foi uma independência conquistada.

Outra nota dominante foi a do carácter de classe da revolução moçambicana e do internacionalismo militante dela inseparável.

A guerra popular prolongada, os 10 anos de luta armada, permitiram a constituição de uma vanguarda solidamente organizada — a Frelimo — e a elaboração de uma linha política coerente e clara. São estes instrumentos, postos ao serviço do Poder Popular, que garantiram as vitórias já obtidas pelo povo moçambicano e que fazem já tremer o imperialismo. Porque a revolução moçambicana, rejeitando uma simples independência formal, irá até ao fim, afirmando-se como uma verdadeira revolução de classe, na transformação das relações de produção, na abolição da exploração do homem pelo homem, na criação de uma cultura popular, na construção de um homem novo.

E isto não apenas em Moçambique. Também na África Austral, no conjunto do continente, entre os povos explorados do Terceiro Mundo, em todo o Universo.

EDITORIAL (In)dependência nacional

Em toda a Europa Capitalista, especialmente nos países governados por sociais-democratas, desenvolve-se uma ampla campanha contra o processo revolucionário português. A pretexto da defesa das «liberdades democráticas» que estariam ameaçadas em Portugal os Governos e os meios de informação da burguesia europeia, dia após dia, mais fogo fazem sobre a luta que os trabalhadores, os soldados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários do M. F. A. vêm travando pela construção do socialismo. Os actuais paladinos da defesa das «liberdades» em Portugal, são os mesmos que durante o regime fascista deram guarida aos atentados que diariamente em Portugal e nas colónias eram cometidos contra os explorados e oprimidos. Quando esporadicamente denunciavam tais atentados, isso coincidia com momentos de luta eleitoral nos seus países, procurando então apresentar uma imagem progressista e anti- colonialista dos seus propósitos, que a prática, mais tarde, desmentia.

Nos países do Mercado Comum, há toda uma manobra de preparação da opinião pública para o isolamento de Portugal, para que os povos da Europa Ocidental admitam qualquer eventualidade de intervenção agressiva, seja ela de natureza económica, política ou militar. Na Alemanha Ocidental, os dirigentes políticos não têm qualquer pudor em mostrarem claramente o seu empenho com a contra-revolução, chegando ao cúmulo do descaramento, que é debruçarem-se publicamente sobre as vantagens e desvantagens de uma agressão militar contra o processo revolucionário português; a Imprensa alemã, tanto a neo-fascista como a social democrata da cobertura a todas as calúnias e provocações contra os trabalhadores portugueses e o M. F. A. Na Bélgica, são dadas todas as facilidades para regularizarem a sua situação aos Pides, ANPs e conspiradores do 28 de Setembro e 11 de Março; com a cumplicidade da Polícia Belga Alpoim Calvão contacta mercenários e enquadram-nos política e militarmente. Em França, o panorama é idêntico, sendo uma ilustração significativa o boicote e marginalização do Governo e dos meios de informação burgueses deste país à estadia do Presidente da República, e a promoção que foi feita no mesmo momento dos gansters Spínola e Holden Roberto; na Holanda a campanha é semelhante, utilizando-se a justa luta dos trabalhadores da República contra a orientação reaccionária do jornal como um caso de totalitarismo do M. F. A., manobrado pelo P. C. P.

Entretanto, no meio deste ambiente de cerco internacional, o Conselho da Revolução define a luta pela independência Nacional como um objectivo fundamental e prioritário do M. F. A.. Seria de esperar que tal posição fosse coordenada com um claro enunciado da necessidade da luta contra o imperialismo em geral e contra o Europeu em particular; seria de esperar que o Conselho da Revolução tivesse condenado as forças políticas portuguesas que não são mais do que agentes desse imperialismo como o partido de Soares; seria de esperar que se definisse claramente que a construção do socialismo em Portugal não passa por viagens à Europa Capitalista e aos Estados Unidos onde responsáveis políticos andem de chapéu na mão pedindo esmolas aos imperialistas; seria de esperar que se cortassem os laços políticos e militares com a máquina agressiva do capitalismo.

Mas nada disto aconteceu. Pelo contrário, e com a satisfação dos partidos da reacção (C. D. S.; P. P. D.; P. S. e P. C. P.-ML/AOC) são feitas afirmações por responsáveis do Conselho da Revolução, em Portugal e no estrangeiro, que nada tem a ver com a Independência Nacional, mas sim com a submissão ao imperialismo. Em vez de se combater o boicote económico e ideológico dos imperialistas com a mobilização dos trabalhadores portugueses na luta anti-imperialista, desmobiliza-se o povo trabalhador iludindo-o sobre as possibilidades de uma ajuda substancial da Europa Ocidental poder acontecer sem condições políticas muito claras e que se resumem em:

a) acabar com o processo revolucionário.

b) institucionalizar formas políticas de Poder que garantam a dominação da burguesia e do imperialismo sobre Portugal.

Neste momento de agudização da crise económica e de permanência da crise política, a definição da Independência Nacional como objectivo do processo revolucionário é um facto importante. Mas, mais que as palavras, só os actos políticos é que são aceites pelas massas trabalhadoras, pelos soldados, marinheiros e oficiais revolucionários. Para que a luta pelo socialismo em Portugal possa conduzir o nosso país ao Poder organizado dos trabalhadores e à efectiva Independência Nacional em relação a qualquer dos blocos, não é aceitando o peso da Pata do Imperialismo e dos seus serventuários internos que tal objectivo se atingirá.

Se é um facto que na fase actual da luta de classes ao nível mundial as relações capitalistas são dominantes e que por isso há que manter contactos económicos com Estados Capitalistas, tal não significa que se admita como um facto consumado e fatal a dependência económica, política e militar em relação a qualquer bloco. Nunca se construirá o socialismo em Portugal se se mantiver a ambiguidade actual, que conduz a que em vez de se contar com a classe operária e seus aliados fundamentais, se faz depender essa construção do investimento dos capitalistas portugueses ou da «ajuda» dos imperialistas.

O desenvolvimento da luta contra o imperialismo americano contra o imperialismo alemão e o imperialismo europeu em geral é uma necessidade tática e imediata na luta contra o domínio de qualquer dos blocos, pela Independência Nacional. Só a mobilização popular contra o imperialismo poderá impedir as manobras de enfeudamento à burguesia europeia que estão em curso.

Há que exigir desde já o saneamento da maior parte das Embaixadas e Consulados portugueses na Europa que não desempenham qualquer papel activo na neutralização das calúnias e provocações imperialistas que atingem mais de um milhão de emigrantes portugueses. Há que exigir desde já o apoio informativo e formativo a esses trabalhadores, dando à Emissora Nacional meios técnicos suficientemente potentes para chegar aos ouvidos desses portugueses, contribuindo para a sua integração na luta pelo socialismo em Portugal.

Há que lutar desde já pela saída de Portugal da N. A. T. O. e da N. A. T. O. de Portugal, pela intensificação das relações diplomáticas e económicas com todos os Estados Progressistas do Mundo, especialmente com os países progressistas do Terceiro Mundo.

O combate antiimperialista tem também um ponto fundamental na luta contra os servos políticos portugueses do imperialismo. Assim, há que isolar as manobras dos neo-fascistas do C. D. S. e dos sociais democratas do P. P. D. e P. S que não hesitam em vender Portugal ao desbarato para evitar o Poder dos trabalhadores.

A luta anti-imperialista, a luta pela Independência Nacional exige o internacionalismo proletário, o desenvolvimento de relações de camaradagem entre todas as forças revolucionárias portugueses e internacionais.

Os trabalhadores portugueses, os soldados, marinheiros e oficiais revolucionários devem exigir desde já do Conselho da Revolução medidas concretas e imediatas que exprimam a luta pela Independência Nacional.

Estranha maneira de construir a independencia nacional e a ligaçao ao Terceiro Mundo...

Aos simpatizantes de Sacavém!

Com vista a arrancar com trabalho organizado do M. E. S. na zona de Sacavém, vai realizar-se uma reunião na sede de Moscavide dia 7 de Julho (2.ª feira) às 21.30, para a qual convocamos todos os simpatizantes do M. E. S.

Sede do M. E. S. de Moscavide:
Rua dos Combatentes da Grande Guerra 51-B (junto à Estação de combóio de Moscavide) Tel: 2514600.

jornal semanal — todas as 4.ªs-feiras
Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83
Composição e Impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

TÊXTEIS: Não serão os trabalhadores a pagar a crise do capitalismo!

Dos sectores de trabalho mais afectados pela crise capitalista actual no nosso país é o sector dos têxteis, lanifícios e vestuário.

Esta crise que se acelera fundamentalmente a partir de 1973, entra praticamente em colapso no ano corrente, sendo perfeitamente utópico pensar que pode objectivamente sobreviver, conservando estruturas em que predominam a pequena e média unidades, principalmente nos têxteis e vestuário.

Como é sabido, estas indústrias baseavam-se na sobre-exploração da força do trabalho, através de elevados ritmos e horários, assim como nos baixos salários, equiparáveis a 1/4 dos auferidos por trabalhadores franceses e correspondendo em média a 1/3 do valor criado.

Eram estes factores que permitiam à indústria portuguesa (cuja maquinaria era na maior parte das vezes autêntica relíquia comprada a ferro-velhos ingleses) fazer concorrência ao patronato de outros países.

Foi esta facilidade na exploração da nossa mão-de-obra que levou o capital estrangeiro a montar entre nós tantas unidades fabris, principalmente no sector do vestuário, onde controla cerca de 50 por cento da produção e onde se exporta cerca de 60 por cento.

Com o 25 de Abril e o avanço das lutas operárias, esta mina lusitana, começou a perder, de certa forma, o interesse que tinha, no fascismo, para os «países livres» da Europa e da América.

A crise capitalista mundial, as transformações sociais no nosso país, a quase nula acumulação capitalista no sector e o boicote imperialista aos nossos mercados, levaram ao fecho e ao abandono de muitas fábricas ou à tentativa de despedimentos colectivos e individuais.

O cancelamento de encomendas atinge hoje cerca de 40 por cento do total da produção.

É assim que o número de trabalhadores têxteis e do vestuário no desemprego já atinge neste momento 40 000, com tendência para agravamento em virtude do alastrar da crise da indústria do vestuário e malhas aos lanifícios e têxteis de algodão.

Efectivamente, a indústria de vestuário e malhas absorve praticamente toda a produção de fiação e tecelagem, pois a quase totalidade da produção de lanifícios é vendida à indústria de malhas, e a exportação de fios e tecidos de algodão ou lã não vai além dos 25 por cento do total da produção.

Muitas empresas de fiação e tecelagem da zona da Covilhã, e não só, estão já, neste momento, a fabricar para armazém por falta de comprador.

Torna-se pois, claro, que o sector não pode sobreviver conservando estruturas em que predominem a pequena e média unidade fabril, sem técnica capaz de conseguir um nível de produtividade em condições de compelir internacionalmente.

A pior das soluções para a crise é, no entanto, a passividade face ao problema, permitindo a injecção no desemprego da força de trabalho em excesso.

Esta maneira de «resolver naturalmente» o problema é a forma tipicamente capitalista e anárquica de o fazer. Mas a lógica capitalista não pode servir senão o capitalismo.

A marginalização de cerca de 40 por cento dos trabalhadores têxteis, vestuário e lanifícios, pelo desemprego, é na prática, além da miséria que representa para muitas dezenas de milhar de famílias, um processo de desmobilizar da luta concreta colectiva, milhares de trabalhadores que pela falta de enquadramento, pela deficiente consciência política de classe, e pelo descontentamento crescente, podem ser joguete de processos reaccionários e profundamente anti-operários.

A História ensina-nos como estas coisas acontecem.

Resolver a crise capitalista (económica, política, cultural) por processos inerentes à própria lógica capitalista, passa, no caso português actual, pela repressão às forças sociais revolucionárias e à imposição de um regime terrorista de direita.

Em nome, sempre, da liberdade e muito provavelmente do socialismo, se oprimirá o povo e suas organizações de massa, para uma solução capitalista dos próprios males do capital.

Tudo isto será possível ou não às forças evidentemente interessadas e já visivelmente activas na contra-revolução, tudo isto será possível ou não, segundo se condescenda ou ataque decididamente o próprio sistema, negando qualquer possibilidade à sua própria reconversão e à criação de condições sociais que lhe possam fornecer suporte ideológico ao nível das massas populares lançadas no desemprego, marginalizadas na luta concreta anticapitalista, onde a figura demagógica de um Messias Salvador «ordeiro», forte e disciplinador pode surgir da nebulosa e mística figura do socialismo em liberdade e de monóculo.

Por todas estas razões a reconversão destes sectores que já se impunha mesmo antes do 25 de Abril, com maior razão se impõe neste momento.

Mas esta reconversão não pode ser feita em termos capitalistas, isto é, esta reconversão não pode ser feita à custa do desemprego de dezenas de milhar de camaradas nossos nem ter como objectivos a rentabilidade máxima do capital.

Pelo contrário deverá:

— Assegurar o salário a todos os trabalhadores; Ser feita sob o controlo dos próprios trabalhadores de forma a que aquilo que produzem seja, de facto, para a satisfação das suas necessidades colectivas.

Para atingir esses objectivos, é necessária a nacionalização do comércio interno e externo, assimcomo a sua centralização sob controlo operário.

O objectivo destas medidas é a distribuição das encomendas pelo número máximo de trabalhadores com a consequente garantia de trabalho.

Também, com os mesmos objectivos, interessa retirar da lógica capitalista as empresas mais produtivas, nacionalizando as mais bem apetrechadas.

Estas medidas serão, evidentemente, transitórias, pois só com a planificação global da economia numa sociedade controlada em todos os aspectos pelos trabalhadores, se acabará com a irracionalidade da produção e distribuição que com elas arrastam as crises e o desemprego.

Simplesmente o problema como se põe hoje carece de medidas imediatas.

Joga-se muito na meia dúzia de meses próximos.

Os trabalhadores terão, e desde já, de avançar radicalmente em dois pontos fundamentais imediatos na luta contra a exploração e a opressão capitalista.

— Não consentir nem um despedimento ou falência que acarrete desemprego;

— Controlar a produção.

Conscientes disto, os trabalhadores do vestuário estão, na semana que decorre, em luta aberta com o patronato pelo controlo da produção.

Estão dispostos a utilizar todas as armas de que dispõem (mais as que ainda possam vir a dispor) para esta inadiável e fundamental conquista.

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!

Não consentir nem um despedimento ou falência que acarrete desemprego!

Controlar a produção!

Controlo da produção: afirmação do poder dos trabalhadores

O controlo operário sobre a produção é uma tarefa prioritária dos trabalhadores portugueses.

Numa situação em que, por força das nacionalizações, das intervenções ao abrigo do Decreto 660/74, e do papel que a Banca nacionalizada desempenha, o Estado controla total ou parcialmente um sector alargadíssimo da economia portuguesa.

Numa situação de profunda crise económica que não tem saída no terreno meramente económico antes aprofunda a contradição entre as duas vias que se defrontam no desenrolar do processo em curso, isto é, entre o autoritarismo capitalista e a Revolução Socialista.

Numa situação com estas características as tarefas essenciais são as da construção do poder dos trabalhadores. O processo revolucionário não pode avançar sem que os trabalhadores, sem que a classe operária e os seus aliados históricos, ganhem a capacidade necessária para a tomada e o exercício do Poder.

Sem uma vanguarda política de classe que dirija as suas lutas a classe operária não poderá derrotar o capitalismo e a burguesia levando a Revolução Socialista às suas últimas consequências. Assim todas as experiências de poder dos trabalhadores e, de uma forma mais geral, a construção do poder popular tem de ter como objectivo a unificação da vanguarda política do proletariado português que só poderá ser conseguida no seio dos órgãos de luta e de poder dos explorados e oprimidos, no avanço da luta das massas populares contra a exploração e a opressão capitalistas, através da unidade revolucionária forjada na prática concreta da resposta às necessidades e problemas das massas trabalhadoras.

Numa situação em que se impõe criar o poder popular para fazer a Revolução, isto é, numa fase marcadamente ofensiva da luta política pelo socialismo, o controlo da produção pelos trabalhadores é uma tarefa que tem de ser generalizada a todos os ramos da actividade económica.

O poder popular constrói-se com base na generalização e coordenação dos órgãos embrionários já existentes em torno das respostas que a crise económica, as condições de trabalho e de vida das massas e o avanço do processo revolucionário exigem.

O controlo operário enquadra-se portanto dentro das tarefas da construção do poder popular.

Sem o controlo operário não serão postos em causa os critérios capitalistas de gestão que reinam ainda nas empresas nacionalizadas, não será possível a reorientação da economia portuguesa colocando-a ao serviço das necessidades e interesses das massas trabalhadoras, não será possível combater eficazmente a acção do patronato reaccionário e a sabotagem económica.

Nesta fase que atravessamos um dos obstáculos a derrotar nesta tarefa fundamental é o reformismo defensivo.

O antimonopolismo estreito, para o qual as nacionalizações representam um fim em si, terá de ser ultrapassado pelo anticapitalismo consequente para o qual não basta nacionalizar os sectores chave da economia, pois são sobretudo necessárias as transformações qualitativas a realizar nas relações de trabalho e de produção nas empresas nacionalizadas.

O controlo pela via sindical é outro dos inimigos a abater nas tarefas da construção do poder popular. O controlo operário tem que ver fundamentalmente com o poder dos trabalhadores e não com a luta reivindicativa. O exercício do controlo operário organiza os trabalhadores fundamentalmente como produtores da riqueza e não como assalariados vendendo a sua força de trabalho. Os órgãos de base do controlo operário têm de ser órgãos de poder e não órgãos reivindicativos, comissões de trabalhadores e não comissões sindicais.

O controlo operário é uma tarefa prioritária dos trabalhadores portugueses porque no combate à política económica capitalista, à disciplina patronal reaccionária, à aproriação e gestão privadas dos recursos materiais e da mais-valia, permitirá a construção dos embriões das novas relações de produção socialistas e fornecerá experiências decisivas para a tomada e o exercício do poder pelos trabalhadores, para a futura direcção das empresas, da economia e da sociedade pela classe operária e seus aliados.

LISNAVE: organização em marcha!

Na Lisnave, no desenvolvimento da aprovação em Assembleia-Geral do controlo operário sobre a empresa foi elaborado um projecto de que a seguir apresentamos algumas passagens:

O Controlo Operário é tarefa de todos os trabalhadores e será efectuado com base nos Conselhos de Controlo Operário de Sector[1] e coordenado pelo Conselho de Defesa dos Trabalhadores[2]

O C.D.T. deverá articular a sua actuação com a Comissão Sindical e criar devendo, neste sentido, existir representantes da Comissão Sindical no C.D.T.

1 — Considerando que na fase actual do processo revolucionário o Controlo Operário tem um papel decisivo no lançamento das bases para a construção da sociedade socialista;

2 — Considerando que o Controlo Operário só será verdadeiramente revolucionário quando implantado nas bases e radicado na sua própria experiência de luta;

3 — Considerando que o Controlo Operário só será eficaz desde que obedeça a regras bem definidas de organização baseadas no princípio do centralismo democrático;

propõe-se:

A imediata reestruturação do Conselho de modo a pôr em prática os princípios atrás considerados.

objectivos

DESENVOLVER TODA UMA ACTIVIDADE QUE SE INTEGRE NAS REGRAS E PRINCÍPIOS DE CONTROLO OPERÁRIO CONFORME PROPOSTA APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE TRABALHADORES DE 27 DE MAIO DE 1975 E QUE SÃO:

2.1. — Controlar a actividade social do estaleiro [illegible] no que diz respeito aos [illegible] de pessoal e informação, formação cultural e técnica, emprego e disciplina social, no sentido de transformar as relações de trabalho e de produção combatendo o seu carácter capitalista actual.

2.2 — Controlar a actividade do estaleiro nos domínios comercial e da produção, financeiro e económico, compras e aprovisionamento, planeamento e prospecção de trabalho, meios de produção e [illegible].

2.1.1. — Controlar e ter acesso a toda a documentação não só interna, mas também toda a documentação trocada entre a gestão do estaleiro e o exterior, sendo considerado como delito de direito comum e punível dentro das leis em vigor, a ocultação premeditada de documentos e informações. Abolição completa de segredos profissionais dentro da unidade de produção. Obrigatoriedade de comunicação aos órgãos dos trabalhadores de todas as informações necessárias ao controlo da produção pelos mesmos.

2.1.2 — Controlar todas as despesas da firma no que se refere aos custeios da produção, das representações e outras. Divulgação de despesas do custo de produção aos trabalhadores dos diversos sectores, de modo a inseri-los dentro do controlo da produção e incentivá-los na redução do custo das obras, sempre que tais medidas tiverem como objectivo a luta contra o boicote económico.

2.3. — Não partilhar das decisões da Administração, mas poder VETAR QUALQUER MEDIDA DE CARACTER LESIVO PARA OS TRABALHADORES, quer na escolha de determinados lugares na gestão, quer na admissão de pessoal e outros.

2.4 — Controlar todas as delegações ao estrangeiro, fazendo-as sempre acompanhar de elementos da confiança dos trabalhadores, assim como todas as delegações estrangeiras de visita ou de negócio na unidade de produção, sendo considerado boicote quando tal não se verifique.

2.5. — Incentivar a luta contra a política económica dos capitalistas, ao nível da empresa e do sector nacional de construção e reparação naval, o [illegible], o boicote e a sabotagem económica, a especulação, o derrotismo, o boato, etc., no sentido de combater o desemprego, a especulação e os critérios capitalistas de gestão da produção.

2.6. — FORÇAR A CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS DE PLANIFICAÇÃO NA VIDA ECONÓMICA DO ESTALEIRO NO SENTIDO DE REFORÇAR A EFICÁCIA DO CONTROLO OPERÁRIO permitindo o desenvolvimento das forças produtivas e o consequente aumento da produção.

O controlo operário deverá necessariamente pôr em causa os critérios até agora em vigor na aplicação da mais valia produzida orientando-a no sentido da garantia do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da criação da estrutura e experiências que contribuam para uma futura direcção da economia pelos trabalhadores, ao serviço do povo português.

2.7. — Promover a reclassificação de todos os elementos em relação aos quais se verifique desadaptação às funções que desempenham, seja por incapacidade, seja por se provar a sua desadaptação aos novos critérios a que a empresa e a economia em geral terão de obedecer.

2.8. — Orientar a sua actuação no sentido de combater a disciplina patronal capitalista, visando a construção duma disciplina revolucionária ao serviço do controlo operário, do reforço da organização dos trabalhadores e do contributo a dar ao avanço do processo revolucionário.

a nível nacional

Preconiza o C.D.T. que a nível nacional se desencadeie de imediato o controlo operário, desenvolvendo desde já todos os esforços para a criação dos seguintes órgãos de trabalhadores:

1) Conselho Nacional de Controlo da Indústria de Construção e Reparação Naval (composto por delegados de todos os estaleiros portugueses)
2) Conselho Nacional de Controlo da Produção das Empresas do Grupo CUF
3) Conselho Nacional de Controlo da Produção da Indústria Portuguesa.

1) Os Conselhos de Controlo operário de sector são fornecidos por um elemento do C. D. T. (que dirige) e por elementos eleitos democraticamente em cada sector.

2) O C. D. T. é o órgão de poder operário da Lisnave, eleito em Plenário. As suas funções são idênticas às de quaisquer comissões de trabalhadores.

organizar:

A situação actual caracteriza-se pela crise generalizada a todos os níveis.

No campo económico o desemprego, o desiquilíbrio da balança de pagamentos, com as reservas de divisas aproximando-se do fim, e o cerco imperialista, são os problemas fundamentais a que terá de ser dada resposta.

À crise económica junta-se a crise política. **Sendo certo que à burguesia foi retirada, no fundamental, a capacidade de dirigir a sociedade a seu bel prazer, também o proletariado e seus aliados são ainda incapazes de governar**

Esta situação reflete-se nos principais orgãos de poder (Governo e Conselho Superior da Revolução) que, pretendendo conciliar o que é inconciliável se mostram incapazes de abrir qualquer caminho para a solução da actual crise.

Esta situação é necessariamente transitória, **sendo clara, para todos os que lutam pelo socialismo, a necessidade de desenvolver e reforçar a organização das massas trabalhadoras à volta de um projecto revolucionário que** aponte os caminhos que levam à resolução das actuais contradições a favor do proletariado.

Tal organização terá de reunir todos os que estão interessados no actual processo revolucionário, permitindo a acção coordenada dos seus dois principais motores — O Movimento Popular de Massas e o Movimento das Forças Armadas.

Mas poderá tal organização construir-se à parte dos orgãos de poder que os trabalhadores, os moradores e os soldados e marinheiros já foram pondo de pé ao longo do último ano? E poderão tais órgãos ter funções definidas apenas pelo seu aspecto «armado», sejam elas as de defender uma revolução ainda por fazer, sejam as de tomar o poder, encarando tal missão desligada da resolução dos problemas concretos que materializam as opções de classe?

É por não responder correctamente a estas questões que tanto os C D R 'S como os C R T 's são inadequados como forma organizativa a privilegiar

A organização a pôr de pé tem de ser o desenvolvimento da que já vem sendo criada ao longo de mais de um ano de luta. Tem de ser a generalização das Comissões de Trabalhadores, das Comissões de Moradores e das Assembleias de Delegados de Unidades a todas as fábricas, bairros e quartéis. Tem de levar à coordenação de esforços entre todas estas diferentes formas de organização. Tem de desenvolver-se e adquirir expressão nacional permitindo que o Poder Popular se afirme os mais diferentes níveis de decisão, preparando a tomada do poder pela classe operária e seu aliados. Ora este objectivo realiza-se precisamente à medida que o Poder Popular se afirma na resolução, a favor dos trabalhadores, das necessidades colectivas, do controle da produção e da economia, da vigilância e organização armada (para defesa, ataque, ou o que mais se mostra necessário), até que abranga o controle da sociedade sob todos os seus aspectos.

— É uma luta longa, contra a burguesia, o reformismo e o esquerdismo, luta que só a sólida e correcta organização das massas trabalhadoras poderá levar a bom termo.

A grande tarefa de todos os militantes revolucionários, trabalhadores, soldados, marinheiros e oficiais progressistas é neste momento e de unirem esforços na construção e generalização do Poder Popular, base da construção do Socialismo, a caminho do Comunismo.

Algumas experiências ainda insipientes mas cheias de ensinamentos têm sido avançadas nos últimos dias.

É fundamental que sejam divulgadas, conhecidas e criticadas e que se generalizem por toda a parte.

O «E.S.» tudo fará nesse sentido!

"Poder popular — SIM! Mas, como?"

Realizou-se no dia 24 de Junho do corrente ano, promovida pela Comissão de Trabalhadores da F. M. B. P. uma reunião efectuada na sala G. D. da F. M. B. P., com vista a iniciar-se um processo de discussão nas massas trabalhadoras, para a preparação e convocação de uma futura Assembleia Popular.

Para essa reunião foram convocadas todas as Comissões de Trabalhadores e Moradores, colectividades e todas as forças vivas da zona, como também representantes da unidade militar mais próxima (RALIS).

De acordo com a proposta aprovada nessa reunião foi convocada para este domingo, dia 29, nas instalações do G. D. da F. M. B. P. pelas 10 horas um plenário, para todos os trabalhadores e moradores da Freguesia de Marvila sendo também convidados representantes do RALIS com o objectivo de discutir a concretização na zona de uma **Assembleia Popular que possa futuramente funcionar como autentico órgão de poder popular, de poder dos trabalhadores.** De acordo com a mesma proposta o plenário funcionou com os seguintes grupos de trabalho:

1. Assembleia Popular e Poder Popular;

2. Empresas;

3. Habitação, transportes e assistencia;

4. Educação, cultura e recreio.

Já aprovado:

— O Poder Popular, isto é, o Poder do Povo, é a capacidade dos trabalhadores dirigirem e controlarem a todos os níveis (trabalho, saúde, ensino, habitação, produção, etc.) a vida do país.

— O Poder Popular é não só a forma de poder político dos trabalhadores, mas também condição indispensável ao triunfo da revolução, assegurando ao mesmo tempo a unidade do movimento popular com o M. F. A. através da articulação dos órgãos populares com os órgãos democráticos e representativos das unidades militantes.

— Nesta fase da revolução o Poder Popular assenta nos órgãos apartidários de massa criados pelos trabalhadores

— **Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores** — que neste momento mais do que órgãos reivindicativos devem ser órgãos de poder.

— O Poder Popular deverá assumir progressivamente poderes do aparelho de Estado e a sua total concretização a **nível nacional** levará à formação do futuro estado socialista.

Nesse sentido, deverá ter **capacidade de legislar** a nível local, nomeadamente, sobre:

Controlo da produção

Habitação

Equipamento social

Justiça

Vigilancia popular

Abastecimento e preços

Desemprego

Transportes

Ensino

Saúde

Além dos poderes que posteriormente decidir assumir.

Assim, a Assembleia Popular deverá ser composta pelas Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores e por delegados representativos das colectividades, dos Centros Sociais, da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia e do RALIS, isto é, da unidade militar mais próxima da freguesia.

Ficou criada uma comissão, composta por 17 elementos, com a missão de convocar e preparar a discussão da primeira reunião da Assembleia Popular de Marvila, a 13 de Julho.

Foi ainda decidido que a Assembleia Popular, na sua primeira reunião, elegerá um secretariado executivo, composto com base nas Comissões de Trabalhadores, nas Comissões de Moradores e no RALIS.

ASSIM!

ASSIM!

1. Na Pontinha, nas instalações desportivas do quartel do Regimento de Engenharia 1, com a participação de 15 comissões de trabalhadores e de 24 comissões de moradores e de delegados da Unidade militar, teve lugar a primeira sessão da Assembleia Popular daquela zona.

Esta reunião foi preparada e convocada por um secretariado provisório constituido em 23 de Junho numa primeira reunião de comissões de moradores, de trabalhadores e de militares do R.E. 1.

A assembleia foi presidida pelo delegado do M.F.A., capitão Cabral e Silva que afirmou, no inicio a necessidade de desenvolver e reforçar a organização autónoma e apartidária dos trabalhadores, o poder popular.

2. Focou a necessidade de desenvolver esta organização, a partir dos órgãos que os trabalhadores têm criado — fundamentalmente comissões de trabalhadores e de moradores — de modo a que adquira expressão nacional, cabendo-lhe papel decisivo a todos os níveis do poder, incluindo os escalões mais elevados.

3. Salientou a importância decisiva que esta organização popular terá no desenvolvimento do processo revolucionário, «constituindo a garantia de que caminharemos para o socialismo e não para outra coisa qualquer».

A assembleia aprovou já, os seguintes pontos:

DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS

1 Mobilizar as massas populares da área para as tarefas da construção do **Socialismo** em Portugal e nas lutas contra a exploração do homem pelo homem.

2 Fortalecer a unidade das massas populares com os militares, criando órgãos de Poder Popular apartidários, que sejam o princípio de um novo Estado ao serviço dos interesses dos trabalhadores.

3 Garantir o controlo das massas populares sobre a satisfação das suas necessidades tomando os seus destinos nas suas próprias mãos.

4 Pôr a economia ao serviço das classes trabalhadoras, através do **controlo da produção**, dos preços, das rendas, etc.

5 Defender o processo revolucionário, dos ataques da reacção nacional e estrangeira na via da Independência Nacional e contra o imperialismo.

6 Consciencializar e organizar as massas populares com vista a ganharem força necessária para aniquilar todas as tentativas de sabotagem, boicote e outros crimes contra a emancipação dos trabalhadores.

7 Criar nas massas populares a resistência necessária para vencer os sacrifícios que a construção do Socialismo vai erguer.

8 Elevar a consciência política e cultural das massas populares com vista ao combate contra o individualismo, o egoismo, etc, criando uma consciência colectiva e uma verdadeira Cultura Popular.

PRINCIPIOS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

1 As decisões serão tomadas democraticamente por votação aberta de braço no ar.

2 As minorias devem submeter-se à vontade das maiorias.

3 As decisões são tomadas por maioria simples excepto nos casos em que a A.P. decida o contrário.

4 As decisões tomadas em A.P. ou no Comité Revolucionário, vinculam todas as organizações populares participantes ao seu bom comportamento e divulgação.

5 Liberdade de expressão e de discussão de todos os assuntos de interesse geral.

6 Deve ser fomentado o livre exercicio da crítica e auto-crítica, como principio base da discussão, lutando contra todos os métodos repressivos que a impeçam.

7 Aqueles individuos que pela sua conduta repetida na Assembleia manifestamente boicotarem o bom andamento dos trabalhos, não se autocriticando, estão sujeitos a sanção.

A discussão da parte restante do regimento da Assembleia Popular da Pontinha bem como a eleição do secretariado permanente, denominado na proposta de **Comité Revolucionário de Zona**, transitaram para a próxima reunião a realizar no próximo domingo no mesmo local.

Esta organização terá de reunir todos os que estão interessados no actual processo revolucionário, permitindo a acção coordenada dos seus dois principais motores — o Movimento Popular de Massas e o Movimento das Forças Armadas

1. Os órgãos de informação deram, na passada segunda-feira, grande destaque a dois acontecimentos — a fuga de quase 100 pides de cadeia de Alcoentre e o aumento substancial nas tarifas dos comboios.

À primeira vista — fenómenos isolados, eles têm de facto, o mesmo aproveitamento pelas forças da direita capitalista, e, portanto, um mesmo ensinamento para quem, consequentemente, as combata.

2. De facto, a fuga dos 89 pides demonstrou:

a) que aqueles que durante anos torturaram os mais activos combatentes do povo português, continuam a ser «mimosamente» tratados.

b) que um ano e tal depois do 25 de Abril, «inexplicavelmente» a legislação revolucionária continua na gaveta.

c) que a direita continua a organizar-se quase descaradamente, «como quer e lhe apetece» — senão como explicar a «limpeza» da fuga?

d) que mais uma vez, como no 28 de Setembro e no 11 de Março, o M. F. A. **só actua depois** do «facto consumado».

Para as forças capitalistas esta fuga é mais uma vitória na sua escalada reaccionária. É mais um processo na longa cadeia de intervenções que têm um mesmo objectivo — a restauração do autoritarismo capitalista, da ditadura da burguesia. Esta escalada tem passado:

— pela organização terrorista a partir de assassinos, como os que agora fugiram em grupos armados, tipo ELP (que no norte do País se continua a mover praticamente às claras);

— pela tentativa desesperada de dividir o M. F. A. em seu favor;

— pela sabotagem e boicote internos e externos à economia portuguesa;

— pela tentativa de reconverter em ganhos efectivos a vitória nas eleições burguesas, através do reforço do aparelho de Estado capitalista (Assembleia Constituinte...)

— pelo provocar da divisão das massas trabalhadoras através da ideologia de que — («isto está pior do que dantes»), «que não é com nacionalizações que resolvemos os nossos problemas», «que isto só vai com uma forte autoridade» etc., etc...

3. E é aqui que vamos encontrar a ligação entre estes dois casos.

Assim, se tivermos em linha de conta:

— que o aumento dos bilhetes se dá num consumo de primeira necessidade — os transportes;

— que a esmagadora maioria das famílias que sofreram este acréscimo são trabalhadoras;

— que se trata de um ramo já nacionalizado,

fàcilmente se compreende como esta medida é anti-popular, como ela serve objectivamente os interesses das cafúnias reaccionárias. Os trabalhadores vão justamente pôr em causa este aumento dos seus gastos de vida, vão perguntar a si próprios «então para que servem as nacionalizações? Para nos lixarem ainda mais!».

A direita não perdoará mais esta oportunidade de divulgar os seus ataques ao M. F. A. e aos avanços do processo revolucionário.

4. Para as forças progressistas que no M. F. A. nas organizações revolucionárias ou nas estruturas de base estão verdadeiramente empenhadas na construção da sociedade socialista, esses acontecimentos são mais uma prova de que só com a construção do Poder Popular se avança, só na ligação dos órgãos de base com o M. F. A., só na edificação do Exército popular, se poderá estabelecer uma verdadeira vigilância, seja face à justiça popular ou à carestia de vida, não permitindo complacências nem medidas contrárias aos verdadeiros interesses das massas trabalhadoras.

Rádio Renascença: O poder cede à chantagem reaccionária!

CAMARADAS TRABALHADORES, SOLDADOS, MARINHEIROS OFICIAIS REVOLUCIONÁRIOS:

Num momento em que no interior do País em Angola e nos países capitalistas se desenvolve uma vasta manobra contra a luta que os trabalhadores portugueses, soldados, marinheiros e oficiais revolucionários vêm travando pelo Poder Popular e pelo Socialismo, o Poder Político actual, contraditório, dividido e incapaz de responder às necessidades do Processo Revolucionário procura desmobilizar as justas lutas que os trabalhadores progressistas da Rádio Renascença e do «República» conduzem por uma informação ao serviço das massas populares.

Assim, enquanto se permite a escandalosa fuga dos Pides, enquanto se permite que em Angola reaccionários civis e militares manobrem e se organizem para numa primeira oportunidade espetarem uma faca nas costas dos trabalhadores angolanos e portugueses, enquanto a Europa Capitalista não deixa de acentuar a sua descarada ingerência nos assuntos que só ao Povo Português dizem respeito, que faz o Poder Político? Denúncia os contra-revolucionários e reprime-os? Isola e desmascara os neo-fascistas e sociais democratas, lacaios do imperialismo? Saneia das Forças Armadas de Angola os conspiradores? Mobiliza os trabalhadores para a luta anti-imperialista?

Não, Camaradas. O Poder Político onde coexistem militares e civis, reaccionários, hesitantes e progressistas, em vez de mobilizar os trabalhadores desmobiliza-os, em vez de se apoiar nas massas tenta conciliar o inconciliável metendo no mesmo saco lacaios do capital e verdadeiros socialistas, em vez de ser consequente com a política de independência nacional apelando para o combate aos imperialistas pactua com estes, cede às suas chantagens, curva-se à sua arrogância.

As tentativas de quebrar a unidade dos trabalhadores em luta no «República», as ameaças feitas aos camaradas que se mantêm firmes nos estúdios do Rádio Renascença são ameaças que a social-democracia europeia e o Vaticano colocam na boca dos responsáveis portugueses.

CAMARADAS:

O futuro do processo revolucionário depende do fortalecimento da unidade militante dos revolucionários civis e militares, depende da consolidação da aliança das massas populares com os soldados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários, depende da construção de órgãos de Poder Popular onde essa aliança vá dando lugar à fusão.

Todas as manobras hesitantes e conciliatórias que conduzam à repressão de lutas justas dos trabalhadores põem o processo revolucionário em causa. Se só há uma opção, revolução ou reação, o MES diz: Não há Revolução com reaccionários em postos chaves, não há Revolução com contra-revolucionários no Governo, não há Revolução com sociais-democratas transformando os jornais em pasquins, não há Revolução com uma rádio na mão da hierarquia fascista da Igreja, que tendo sempre estado de mãos dadas com os fascistas e assassinos que oprimiram o nosso povo, não hesitará em estar de braço dado com qualquer Pinochet que procure devolver Portugal à reacção capitalista e aos imperialistas.

CAMARADAS:

Todo o apoio, toda a solidariedade aos trabalhadores que na Rádio Renascença se batem para que a voz dos explorados e oprimidos não seja abafada.

Todos à Rua Capelo aos estúdios da Rádio Renascença.

A reacção não passará porque os trabalhadores, os soldados e os marinheiros e os oficiais revolucionários não o permitirão!

AVANTE PELO PODER POPULAR!

Secretariado da Comissão Política Nacional do MES

Eleições em Itália

pela redefinição de uma estratégia proletária

Apenas aparentemente se pode tomar como surpreendente o resultado das eleições regionais e comunais realizadas em Itália, já que, para quem atentamente analisou o significado político dessa importante batalha que foi o **referendum** sobre a abolição da lei do divórcio, há um ano, era previsível o que aconteceu: o recuo de um partido de regime em desagregação progressiva e o avanço eleitoral — expressão, no caso, de outros bem mais reais e consistentes avanços políticos — das grandes forças da esquerda históricas.

O que efectivamente de surpreendente houve foram os termos quantitativos, inequivocamente expressivos, em que essa inversão de tendencia se deu:

Partido			
Partido Comunista	PCI 33,4	+ 5,6	
Partido Socialista	PSI 12,0	+ 1,6	46,8 + 5,3
Democracia ProletáriaPdUP + AO 1,6			
Democracia Cristã	DC 35,3	- 2,6	
Sociais-Democratas	PSDI 5,6	- 1,4	
Republicanos	PRI 3,2	+ 0,3	46,6 - 5,8
Liberais	PLI 2,5	- 2,2	
Fascistas	MSI 6,4	+ 0,4	

. **Por outro lado, o significado político do voto — e nisto está todo o alcance desta campanha eleitoral — atinge não só a mobilidade partidária, sem dúvida de uma forma invulgar, mas sobretudo o próprio sistema. O voto de 15 de Junho não é só o voto da derrota da D. C. em crise, o agravamento da sua derrocada; é sobretudo o questionamento do sistema, o indício de um ataque bem mais profundo às estruturas sociais vi**gentes, ao poder constituído, e à sua gestão. A crise da burguesia italiana e da sua hegemonia, a dependencia imperialista e atlantica, a corrupção crescente ao nivel do aparelho de Estado, não são indiferentes a este resultado, como o não são as lutas operárias e sindicais dos últimos anos.

O voto de 15 de Junho é a indicação clara de que se impõem mudanças radicais na sociedade italiana, é a afirmação inequívoca da necessidade de uma alternativa ao sistema, e não só à gestão do Poder. E nisto está também um aspecto novo do voto: com **a derrota da Democracia Cristã, partido da burguesia, drenado progressivamente da sua componente popular, que dela se tem vindo a emancipar fatigosamente, sai também derrotada a estratégia reformista do compromisso histórico. E esta a indicação revolucionária do sufrágio que o não é.**

Com efeito, não foi só Fanfani e os seus desígnios golpistas de autoritarismo de fachada democrática que baquearam. Não foi só a estratégia direitista do actual secretário-geral da D. C. que foi denunciada — esse Fanfani que quis, na mais grotesca e suja campanha anticomunista, instrumentalizar a radicalização do processo portugues contra o avanço operário em Itália, que nesse sentido convidou o golpista Sanches Osório a ir a Itália dizer que a ilegalizada D.C. portuguesa lançará mão da violencia, sob todas as suas formas moral, psíquica e física, para combater o comunismo; esse Fanfani que já em 1938 lamentava que Salazar, apesar das afinidades com o fascismo italiano, manifestasse para com Mussolini pontos de desacordo (!), e esperava que o «subversivismo portugues» o convencesse quanto ao uso de «meios enérgicos» para salvar a unidade e a tradição pátrias. **Foi toda a democracia cristã enquanto partido e enquanto regime, foi o próprio estado burguês com que ela se identifica, que se viu acusada publicamente pela maioria do país, pela primeira vez nos trinta anos do seu incon**testado domínio.

E com esta Democracia Cristã, partido do capital, em crise, em desagregação, definha a proposta reformista do compromisso histórico. O P. C. I., tão surpreendido quanto perplexo com este resultado que lhe é desmedidamente favorável, quase sem saber o que fazer deste consenso ou como geri-lo, continua a insistir na sua proposta, exigindo apenas que o compromisso seja feito com uma D. C. não fanfaniana. O certo é, porem, que a campanha fanfaniana, com o anticomunismo primário que a caracterizou, não o foi porque não tenha sido demo-cristã, mas pelo contrário. E é tanto assim, quanto, na primeira reunião do Directório do Partido depois do fracasso eleitoral, apesar da pressão das correntes ditas de «esquerda», do partido (Donat Catin), Fanfani se continuou a ver investido do cargo que ocupa e que não se vê como possa abandonar.

Não ao frentismo e ao compromisso

Neste sentido, é igualmente significativo o expressivo resultado obtido pela proposta estratégica revolucionária da plataforma de Avanguardia Operaria e do Partido de Unidade proletária, que, tendo apenas concorrido em 10 das quinze regiões em que houve eleições, obteve a margem de 1,6 por cento do eleitorado dessas 15 regiões (o que equivale a cerca de 1,8 por cento das 10 regiões em que concorreu).

A resposta ao 15 de Junho não pode ser senão a refundação da esquerda, tal como ela foi avançada pela esquerda revolucionária de Democrazia Proletaria. «Nós não queremos a perda de votos do Partido Comunista ou do Partido Socialista, dizia Lucio Magri na televisão perante os vinte jornalistas que o bombardearam de questões num dos tempos que estavam reservados à D. P. na campanha eleitoral. «Queremos o avanço de toda a esquerda, para a reproposição de uma estratégia proletária, a única que nos permitirá sair da crise em que se encontra a sociedade italiana». Para isso, impunha-se a criação das condições políticas fundamentais, a primeira das quais a desagregação da D. C. como um todo, e não enquanto direcção (Fanfani por excelencia), e o abandono da estratégia frentista, por um lado, e da estratégia de compromisso, por outro.

A desagregação da D. C. deve porém entender-se como desagregação orgânica, em ordem a resolver os confusos entruzamentos entre a componente burguesa, dominante e dirigente, e a componente popular, capaz de ser drenada por uma proposta coerente com uma linha revolucionária de massas. Não se trata pois de um novo frentismo reformista, mas de um reordenamento profundo das forças de esquerda em função de um projecto revolucionário que faça sair a Itália da crise e da zona de manobra do imperialismo, e a coloque na órbita das tendencias, que ultimamente se vem acentuando, de emancipação, por um lado, a de afirmação programática.

Forjar uma resposta revolucionária

As eleições deram apenas uma indicação, não uma resposta. Esse pertence àquelas forças que agora manifestaram a sua saturação pelo regime vigente, que de há muito parcelarmente o vem combatendo não só no campo político mas também económico e ideológico. Boas razões existem para crer que ela pode ser dada. Resta porém saber se as forças históricas da esquerda italiana (P. S. I.-P. C. I.) a quererão e poderão dar., ou se uma vez mais preferirão confinar-se ao jogo negociador em que de há muito andam enredados, incapazes de colher todas as potencialidades que o mais forte movimento popular de massas da Europa capitalista encerra.

Rádio Renascença e República: por uma Informação ao serviço dos trabalhadores!

As questões ligadas à Informação arrastam-se penosamente.

A sua solução (que já várias vezes se afirmou estar para breve), aparece cada vez mais como nebulosa.

A questão «República» permitiu ao P. S. (vanguarda unificada da burguesia esclarecida) uma ruidosa campanha sobre a liberdade de Imprensa, único problema que o preocupa a partir do momento em que o avanço para o socialismo se tornou um «perigo real».

A Rádio Renascença ia dando origem a uma nova cruzada.

A hierarquia religiosa, na missão de garantir que o «Céu» se mantenha como único ponto do sistema planetário onde haja justiça social, pretendeu fazer deste conflito uma questão religiosa. Assim se pretendia pôr os milhares de cristãos deste país contra o processo revolucionário.

Era o grande lema para despertar o ódio contra os comunistas, colhendo os frutos de 50 anos de alienação.

A resignação, tantas vezes forçada, face à exploração capitalista, já não se justifica agora, que é de socialismo que se fala. E a mesma fé que durante tantos anos contribuiu para que a resignação surgisse como conduta necessária para conquistar a «salvação eterna» justificaria, pela primeira vez, palavras de ordem de luta:

...pois se sempre houve ricos e pobres...

...é sacrilégio (a que os crentes devem opor-se energicamente) acabar com este estado de coisas.

É assim que a mistificação se forja.

É nestas questões concretas que as posições se definem e se desmascaram.

Esses falsos cristãos juntam-se e usam o que podem para fazer frente à luta dos trabalhadores pela sua emancipação. Sottomayor Cardia apoia os reaccionários que se manifestaram em frente do Patriarcado. E viva o socialismo!!!

É evidente a importância decisiva da informação pelo papel que desempenha na formação da consciência dos trabalhadores, permitindo ou mistificando a sua compreensão de quais as formas mais adequadas de lutar por uma sociedade que nos pertença.

É assim que as lutas que se desenvolvem no sector da Informação são componentes da luta mais geral que os trabalhadores travam contra o capitalismo, ao mesmo tempo que os equilíbrios de força que a nível geral se forem verificando serão factor decisivo na resolução de cada uma daquelas questões.

Que faz o M. F. A. face a esta situação?

Entalado entre a social-democracia e a via do socialismo, prisioneiro das suas próprias contradições e ambiguidades, o Conselho da Revolução adia soluções, fala com os patrões das empresas, não tendo até agora definido uma posição.

Nem a manifestação fascista dos cristãos que o patriarca hospitaleiramente acolheu, nem as miseráveis campanhas internacionais que os patrões da «República» desencadeiam no estrangeiro, serviram para decidir este órgão supremo do nosso «movimento de libertação». Antes parece optar pela conciliação (como se reaccionários e revolucionários fossem adversários de valor semelhante) como via para o socialismo.

As questões «República» e Rádio Renascença transformaram-se hoje em barómetros do equilíbrio e das tácticas dos mais altos níveis do Poder Político.

Pensará o C. S. R. que a burguesia e os manifestantes fascistas do patriarcado lhe darão o braço para caminharem juntos até ao socialismo?

Ou terá já compreendido que os seus actos (mais do que as suas palavras) e a resposta clara às verdadeiras manobras reaccionárias têm importância fundamental para que as massas trabalhadoras compreendam quem são os amigos e quem são os inimigos?

Os trabalhadores do R. R. e da «República» estão decididos a levar a sua luta por diante, conscientes da importância que ela assume. Uma Informação manipulada por contra-revolucionários é uma arma a temer.

Mas a verdadeira solução está, também neste caso, na mobilização e consciencialização das massas populares. Também aqui elas terão o papel decisivo.

Elas terão de compreender que a luta por uma Imprensa livre e ao seu serviço é um aspecto da luta pelo Socialismo.

Só o controlo da Informação por todos os trabalhadores organizados, controlo realizado através dos seus órgãos de poder, permitirá acabar, de forma completa e definitiva com as manipulações reaccionárias ou oportunistas.

A iniciativa e capacidade de todos quantos lutam pelo Socialismo será decisiva no desenlace do combate em que estamos empenhados.

A luta dos trabalhadores da «República» e da Rádio Renascença visa colocar armas importantes ao serviço dos trabalhadores.

POR ISSO É UMA LUTA JUSTA!
POR ISSO A APOIAMOS!

"República" — o ponto da situação

A luta dos trabalhadores do jornal «República» desenvolveu-se em várias frentes: contra as calúnias da cúpula do P.S. (que tentou intoxicar a opinião pública e fazer crer, sem o conseguir, que éramos conduzidos pelo P.C.P.), transformando por sua conveniência e cálculo o problema do «República» numa falsa questão nacional e internacional; contra a campanha de pressões a nível nacional (governamental) e internacional (Imprensa, forças económicas e políticas) que os administradores, directores e a maioria dos redactores, ao lado do patrão P.S., desenvolveram com o intuito de nos fazer recuar e ceder em manobras que caracterizam bem o estilo do patronato mais reaccionário, que esses senhores tantas vezes denunciaram e verberaram nas páginas do jornal; contra a incompreensão de certo sector da Informação, que, não abandonando (por conveniência própria), o seu partidarismo sectário não aceitou que a nossa verdade viesse clarificar muita coisa que se passa neste país no sector da Informação.

Os trabalhadores do jornal «República» conseguiram que as instâncias oficiais se debruçassem sobre o caso. Mas, aqui, eles têm de fazer a clara denúncia de como as coisas se passaram:

a) Informado pelo Copcon sobre todas as fases do problema, com elementos dados pelos trabalhadores do jornal «República», o Conselho Superior da Revolução ouviu directa e oficialmente os administradores, director e chefe de redacção do jornal, isto é, os responsáveis do patronato;

b) os trabalhadores nunca foram convocados pelo Conselho Superior da Revolução para serem ouvidos e dizerem de sua justiça; apenas conseguiram que as suas razões fossem conhecidas através de representantes do Copcon que as levaram ao C.S.R.;

c) os trabalhadores foram sempre recebidos por membros do C.S.R., em seu nome pessoal e nunca em reunião formal daquele órgão, o que, como já se referiu, aconteceu com o patronato;

d) nos contactos havidos (a título particular) com dois elementos do C.S.R. foi dito à C.C.T. «que já era uma grande conquista entrarem no jornal todos os trabalhadores e nenhum deles ser despedido»; que o C.S.R. não tinha poderes para forçar os patrões do «República» ao pagamento dos salários durante o período de encerramento; isto depois de o Ministério do Trabalho ter emitido um despacho que ordenava o pagamento, aos trabalhadores, do salário referente ao período em que o jornal estivesse encerrado. Então se o C.S.R. não tem poderes, quem os tem?

e) numa R.G.T., o major Dias Ferreira trouxe dois recados para a assembleia: um do C.S.R. que «pedia desculpa por não ter recebido até àquela data os trabalhadores» e em que «reconhecia o erro» de ter recebido em primeiro lugar os representantes da administração, direcção do «República», erro que repetiria mais tarde apesar da contrição, outro do Primeiro-Ministro, que manifestava a sua simpatia pela nossa luta.

Que pensar de tudo isto?

Um mês de dura luta decorreu e, enquanto os trabalhadores do «República» tentavam vencer a causa e lhes eram feitas belas promessas por parte das entidades oficiais contactadas, os senhores da administração, direcção e redacção editavam o «Jornal do Caso «República», que além de inqualificável pasquim destilador de ódios e de partidarismos (os mesmos que se viam todos os dias no jornal «República» antes de 19 de Maio), servia de arma contra os trabalhadores e vinha intensificar ainda mais a campanha de intoxicação da opinião pública portuguesa — isto com os apoios do P.S. e da sua máquina lubrificada com muito dinheiro.

Entretanto, que fizeram os poderes constituídos? O C.S.R. emitiu um comunicado com um mínimo de condições (entre as quais o não despedimento de qualquer trabalhador e a necessidade da revisão breve pelo Governo da desactualizada e reaccionária Lei de Imprensa), sendo a primeira a da reabertura do jornal pela administração logo que esta o pedisse.

A entidade patronal, em face do comunicado do C.S.R., requereu a reabertura do jornal, impondo condições que lesavam os direitos dos trabalhadores.

O Copcon procedeu à reabertura respeitado apenas o indicado pelo C.S.R., não aceitando imposições da administração. Verificou-se, então, a entrada dos trabalhadores nas instalações e por outro lado a recusa terminante por parte do patronato em querer negociar com eles dentro do jornal.

Simplesmente, quando seria lícito pensar que a situação ia ser (como era legítimo esperar-se) resolvida, fazendo justiça aos trabalhadores do jornal «República», que tanto tinham lutado para isso, o Copcon afasta-se, o C.S.R. nada decide e o Primeiro-Ministro manda conciliar o inconciliável.

A hipótese que o major Dias Ferreira e o capitão Cabral e Silva, respectivamente representantes do Copcon e do Primeiro-Ministro, puseram da nomeação de uma comissão administrativa — uma vez que o conselho de administração se mostrava impotente e incompetente para assumir as responsabilidades de gestão do jornal — serviu apenas para notícia na Imprensa.

Finalmente, através do Copcon, recebemos num (novo) recado do Primeiro-Ministro — conciliar as partes. Foi sugerido no Copcon pela C.C.T.: «Entremos todos para lá amanhã de manhã (24) e discutiremos os problemas lá dentro». A sugestão não teve resposta.

Karl Marx

As concepções teóricas dos comunistas de modo algum radicam em ideias, em princípios inventados ou descobertos por tal ou tal reformador do mundo.

Elas são apenas a expressão geral das condições reais de uma luta de classes real, de um movimento histórico que se opera sob os nossos olhos.

A nós comunistas, tem-nos sido censurado querer abolir a propriedade adquirida pessoalmente, fruto do trabalho do indivíduo, propriedade que se declara ser a base de toda a liberdade, de toda a actividade, de toda a independência individual.

A propriedade pessoal fruto do trabalho e do mérito! Quererá falar-se desta forma de propriedade, anterior à propriedade burguesa, que é a propriedade do pequeno-burguês, do pequeno-camponês que precedeu a propriedade burguesa? Não teremos necessidade de aboli-la, o progresso da indústria aboliu-a e continua a aboli-la dia após dia.

Ou quererá antes falar-se da propriedade privada dos nossos dias, da propriedade burguesa?

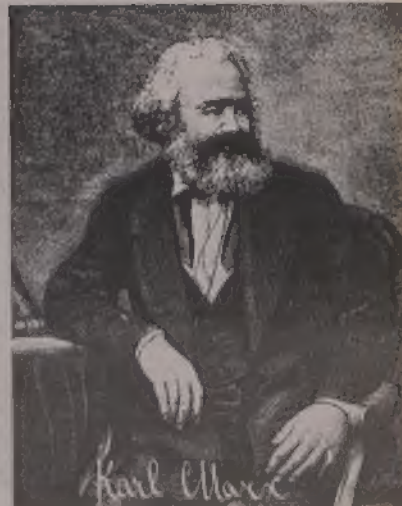
Mas será que o trabalho assalariado, o trabalho do proletário cria, para ele, qualquer propriedade? De modo nenhum. Ele cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado, a qual só pode aumentar sob a condição de reproduzir cada vez mais trabalho assalariado, a fim de o explorar de novo. Na sua forma actual a propriedade move-se entre estes dois termos antinómicos: o Capital e o Trabalho. Examinemos os dois termos desta antinomia.

Ser capitalista é ocupar na produção uma posição não só puramente pessoal mas ainda uma posição social. O capital é um produto colectivo: ele só pode ser posto em movimento pela actividade em comum de muitos indivíduos e mesmo, em última análise, pela actividade em comum de todos os indivíduos, de toda a sociedade.

O capital não é, pois, uma força pessoal; é uma força social.

Daí que se o capital for transformado em propriedade comum, pertencente a todos os membros da sociedade, isso não significa que a propriedade pessoal se transforme em propriedade comum. Somente muda o carácter social da propriedade. Ele perde o seu carácter de classe.

Passemos ao trabalho assalariado.

O preço médio do trabalho assalariado é o mínimo do salário, isto é, a quantidade dos meios de subsistência necessários para manter com vida o operário como operário. Portanto aquilo de que o operário se apropria pelo seu labor é justamente apenas o suficiente para reproduzir a sua vida reduzida à sua expressão mais simples. Nós não queremos, de maneira alguma, abolir esta apropriação que não deixa qualquer lucro líquido que confira um poder sobre o trabalho doutrem. O que nós queremos é suprimir este miserável modo de apropriação que faz com que o operário viva apenas para aumentar o capital e viva apenas enquanto o exigem os interesses da classe dominante.

Numa palavra, vós acusais-nos de querermos abolir a vossa propriedade para vós. Na verdade, é exactamente isso que queremos.

A partir do momento em que o trabalho não mais possa ser convertido em capital, em dinheiro, em renda fundiária, em suma, em poder social capaz de ser monopolizado, isto é, desde que a propriedade individual já não possa transformar-se em propriedade burguesa, vós declarais então que o indivíduo desaparece como pessoa humana.

Confessais pois que, para vós, a pessoa humana é apenas o burguês, o proprietário. Na verdade, semelhante ser humano será suprimido.

O comunismo não retira à pessoa o poder de se apropriar dos produtos sociais; elimina sim o poder de, através de uma apropriação, explorar o trabalho doutrém.

Objectou-se ainda que com a abolição da propriedade privada cessaria toda a actividade, que uma preguiça geral passaria a reinar no mundo.

Se assim fosse, há muito tempo que a sociedade burguesa teria sucumbido à ociosidade, porquando e nesta sociedade os que trabalham não lucram e os que lucram não trabalham. Toda esta objecção se reduz à seguinte tautologia: o trabalho assalariado deixará de existir no momento em que deixar de existir o capital.

Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é apenas um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista o trabalho acumulado é apenas um meio de dinamizar, enriquecer e embelezar a existência dos trabalhadores.

Na sociedade burguesa, o passado domina, pois, o presente; na sociedade comunista, é o presente que domina o passado. Na sociedade burguesa, o capital é independente e pessoal, enquanto que o indivíduo que trabalha não tem nem independência nem personalidade.

E é a abolição de semelhante estado de coisas que a burguesia difama chamando-lhe abolição da individualidade e da liberdade! E com razão. Com efeito, trata-se, efectivamente, de abolir a individualidade, a independência e a liberdade burguesas.

Nas condições actuais da produção burguesa, por liberdade entende-se a liberdade do comércio, a liberdade de comprar e de vender.

Mas se desaparecesse toda a espécie de tráfico a liberdade de traficar desapareceria simultaneamente. E é assim que todas as grandes palavras sobre a liberdade do comércio, tal como todas as fanfarronadas liberais da nossa burguesia, só têm sentido quando postas em confronto com os entraves ao tráfico, com o burguês manietado da Idade Média; não têm qualquer sentido quando se referem à abolição, pelo comunismo, do tráfico, do regime burguês da produção e da própria burguesia.

Ficais horrorizados por querermos abolir a propriedade privada. Mas na vossa sociedade a propriedade privada está fora do alcance de nove décimos dos seus membros e é precisamente por ela não existir para estes nove décimos que existe para vós. Censurais-nos, pois, o facto de querermos abolir uma forma de propriedade que só pode existir sob condição de a imensa maioria se achar totalmente privada dela.

O comunismo não retira à pessoa o poder de se apropriar dos produtos sociais; elimina sim o poder de, através de uma apropriação explorar o trabalho doutrém.

Karl Marx in "Manifesto Comunista"

EXÉRCITO POPULAR:
Em frente com a organização de assembleias de delegados de unidade!

Grandes avanços se têm alcançado desde o 25 de Abril de 1974 no que respeita ao papel e características do Exército no nosso país.

Ninguém poderá negar que hoje a disciplina, na grande maioria dos quartéis, não é mais uma disciplina reaccionária assente nos mais nojentos métodos autoritários. Hoje existem condições para impor uma disciplina revolucionária que se enquadra nos interesses das classes dos soldados e marinheiros, virada para a defesa das conquistas da classe operária e dos revolucionários no terreno da luta económica e da luta política. Tal disciplina revolucionária assenta na compreensão, pelos soldados e marinheiros do princípio de que os seus interesses de classe são os mesmos das classes trabalhadoras e de que a autoridade **que seja portadora desses interesses** tem realmente que ser aceite, por todos, como a autoridade a que é preciso obedecer.

Mas, atenção, camaradas! A disciplina revolucionária impõe de nós uma atenção permanente aos nossos actos e aos actos dos nossos superiores. Falar de disciplina revolucionária é o mesmo que falar em incentivar e alargar os princípios da crítica permanente e cerrada ao que está errado e de autocrítica em relação aos nossos erros. É o mesmo que dizer que, realmente, são as classes trabalhadoras que controlam o processo revolucionário. É o mesmo que dizer que as Forças Armadas estão inteiramente e sem perigo de voltar atrás, ao serviço das classes trabalhadoras.

Parece claro que isso ainda não é assim em Portugal. As fábricas e os campos ainda não são dos trabalhadores e os quartéis ainda não nos pertencem. O que temos é que trabalhar e esforçar-mo-nos, no Exército, na Marinha e na Força Aérea para que isso venha a acontecer. E, de facto, pode vir a acontecer! Está na nossa mão!

Portanto não nos podemos deixar dormir. Não nos podemos deixar desmobilizar. Devemos ter sempre presente nas nossas cabeças que o capitalismo ainda não acabou em Portugal e que assim, não admira que muitos aspectos de opressão característica do militarismo burguês ainda persista nos nossos quartéis. Enquanto o poder político não for tomado pelos trabalhadores, enquanto não existirem de forma generalizada organismos populares onde se manifeste a vontade organizada dos trabalhadores, dos soldados e marinheiros, o militarismo que ainda não foi derrotado poderá sempre tomar formas mais agressivas.

Em capitalismo (e ele ainda é dominante em Portugal) e no que respeita ao Exército e às Forças Armadas, o militarismo é o mais importante instrumento de luta da burguesia contra os trabalhadores. O militarismo deve assim ser combatido por nós, soldados e marinheiros, sempre sem transigências e tibiezas. A nossa luta contra o militarismo é parte integrante do combate da classe operária e dos trabalhadores contra o capitalismo na direcção da tomada do poder político pelo proletariado e seus aliados no processo da Revolução Socialista.

No entanto esse nosso combate, essencial e do qual não podemos abdicar enquanto houver capitalismo na nossa terra, não pode deixar de estar ligado aos avanços e recuos da luta da classe operária e dos trabalhadores.

Temos que ter sempre presente que na nossa revolução o Exército é elemento fundamental e que assim não podemos estar sempre contra tudo e contra todos. É preciso saber distinguir entre o que é benéfico para os nossos irmãos trabalhadores, isto é, o que contribui na nossa acção para o avanço das suas lutas, e o que é contrário aos interesses do proletariado e à sua luta emancipadora.

É preciso saber distinguir entre os oficiais militaristas que querem a **disciplina pela disciplina** e os que querem a disciplina para a utilizarem como uma arma a favor do povo e dos trabalhadores. É preciso distinguir entre um Exército traidor do povo e um Exército do povo, um Exército contra o povo e um Exército popular onde se fundem trabalhadores e soldados, produção e disciplina, consenso e coação.

É preciso estarmos preparados para os novos saltos em frente que serão indispensáveis no avanço para o socialismo e na derrota de todas as tentativas da direita e da social democracia para travar a Revolução, dividindo os trabalhadores, o M.F.A., os soldados e marinheiros.

É preciso impedir pela nossa acção consciente e organizada que a burguesia possa recuperar o seu poder. Para isso é necessário avançar mais na organização das nossas forças dentro das unidades militares. A tarefa prioritária do presente momento é dar corpo à organização das Assembleias de Delegados de Unidade (ADU), impulsionar a sua ligação cada vez mais íntima e permanente às organizações de Poder Popular — Comissões de Trabalhadores, de Moradores e Conselhos de Aldeia.

Assegurar a ligação entre a força das armas e a força da vontade organizada dos trabalhadores, ligando a disciplina ao trabalho, é um passo ao alcance das nossas forças. Fazê-lo é garantir a caminhada para a tomada do poder pelos trabalhadores, criando no processo de construção do Poder Popular, o Exército Popular e a vanguarda unificada da classe que há-de guiar os destinos da Revolução Socialista no nosso país.

Asseguremos a fusão da força das armas com a vontade organizada das massas trabalhadoras!